

Práticas da enfermagem na promoção da alimentação saudável em crianças até dois anos de idade

Nursing practices in promoting healthy eating in children up to two years of age

Prácticas de enfermería en la promoción de la alimentación saludable en niños de hasta dos años de edad

Submissão: 25/11/2025

Publicação: 18/02/2026

Lívia Sibelle Martins de Sousa

ORCID: 0009-0000-9000-1952

Faculdade Santa Luzia, Brasil

E-mail: 1797@faculdadesantaluzia.edu.br

Bruna Cruz Magalhães

ORCID: 0000-0002-1491-8694

Faculdade Santa Luzia, Brasil

E-mail: bruna@faculdadesantaluzia.edu.br

Resumo

Objetivo: Verificar as práticas da enfermagem na promoção de hábitos alimentares de crianças até dois anos de idade. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, do qual foram selecionados 10 estudos após o processo de triagem. A coleta de dados foi realizada em fevereiro de 2025 a outubro 2025, nas bases de dados da SciELO, LILACS, BDENF e PubMed/MEDLINE. Resultados: Que a enfermagem é essencial para a promoção da alimentação saudável e para a prevenção de danos nutricionais, que a puericultura é um meio para orientação da nutrição adequada para a criança e que a família é um excelente apoio na formação dos hábitos alimentares infantis. Conclusão: Conclui-se que de fato a enfermagem contribui efetivamente para bons costumes da alimentação infantil na criança, e que através disso, a criança terá mais qualidade de vida futura.

Palavras-chave: Alimentação Saudável; Criança; Enfermagem.

Abstract

Objective: To verify nursing practices in promoting eating habits in children up to two years old. Methodology: This is an integrative literature review, from which 10 studies were selected after the screening process. Data collection was conducted from February 2025 to October 2025 in the SciELO, LILACS, BDENF, and PubMed/MEDLINE databases. Results: Nursing is essential for promoting healthy eating and preventing nutritional harm; pediatric care is a means for guiding adequate nutrition for children; and the family provides excellent support in forming children's eating habits. Conclusion: It is concluded that nursing effectively contributes to good dietary habits in children, and through this, the child will enjoy a better quality of life in the future.

Keywords: Healthy Eating; Child; Nursing.

Resumen

Objetivo: Verificar las prácticas de enfermería en la promoción de hábitos alimentarios en niños hasta los dos años de edad. Metodología: Se trata de una revisión integradora de la literatura, de la cual se seleccionaron 10 estudios después del proceso de filtrado. La recolección de datos se realizó de febrero de 2025 a octubre de 2025, en las bases de datos SciELO, LILACS, BDENF y PubMed/MEDLINE. Resultados: Que la enfermería es esencial para la promoción de la alimentación saludable y para la prevención de daños nutricionales, que la puericultura es un medio para la orientación de la nutrición adecuada para el niño y que la familia es un excelente apoyo en la formación de los hábitos alimentarios infantiles. Conclusión: Se concluye que, de hecho, la enfermería contribuye efectivamente a los buenos hábitos de alimentación infantil en el niño, y que a través de esto, el niño tendrá una mejor calidad de vida futura.

Palabras clave: Alimentación Saludable; Niño; Enfermería.

1. Introdução

A alimentação nos primeiros anos de vida constitui um dos pilares fundamentais para o crescimento, o desenvolvimento

e a manutenção da saúde da criança. O período que compreende os dois primeiros anos de vida é considerado uma janela de oportunidades para o estabelecimento de hábitos alimentares saudáveis e prevenção de agravos nutricionais e metabólicos que podem se estender até a vida adulta.

Práticas adequadas de alimentação, como o aleitamento materno exclusivo até os seis meses e a introdução alimentar oportuna e equilibrada, são determinantes para o fortalecimento do sistema imunológico, o desenvolvimento cognitivo e a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (Lira et al, 2025).

No contexto da atenção primária à saúde, o enfermeiro desempenha papel essencial na promoção da alimentação saudável, atuando diretamente na educação alimentar e nutricional das famílias, no acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil e na orientação durante as consultas de puericultura (DE OLIVEIRA et al 2025).

A atuação da enfermagem é respaldada por políticas públicas como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), que enfatizam a importância do trabalho interdisciplinar e da comunicação efetiva com os cuidadores (DE OLIVIEIRA et al 2025).

Entretanto, diversos estudos evidenciam que a promoção da alimentação saudável na infância ainda enfrenta desafios, entre eles a falta de adesão das famílias às orientações profissionais, a influência da mídia e da cultura alimentar inadequada, além de limitações no conhecimento técnico e educativo de alguns profissionais de saúde sobre o tema. Tais obstáculos podem comprometer a efetividade das ações de enfermagem e, consequentemente, o estado nutricional das crianças.

Dessa forma, torna-se relevante reunir e analisar as evidências científicas disponíveis sobre as práticas de enfermagem voltadas à promoção da alimentação saudável em crianças até dois anos de idade. A revisão integrativa da literatura apresenta-se como um método adequado para sintetizar o conhecimento produzido, identificar lacunas nas pesquisas e subsidiar a prática profissional com base em evidências.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar as práticas de enfermagem na promoção da alimentação saudável em crianças até dois anos de idade, identificando as estratégias utilizadas, os desafios enfrentados e os resultados alcançados segundo a literatura científica recente.

2. Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cujo objetivo é identificar e analisar as práticas da enfermagem voltadas à promoção da alimentação saudável em crianças de até dois anos de idade. A revisão integrativa permite a síntese do conhecimento existente sobre o tema, reunindo resultados de pesquisas já publicadas, a fim de gerar novas perspectivas para a prática profissional.

A amostragem foi composta por artigos científicos, que abordam o papel do enfermeiro na promoção da alimentação saudável em crianças de 0 a 2 anos. Foram incluídos 10 estudos que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão após o processo de triagem.

A coleta de dados foi realizada de fevereiro 2025 a outubro 2025 nas seguintes bases de dados eletrônicas: SciELO (Scientific Electronic Library Online); LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde);BDENF (Base de Dados de Enfermagem); PubMed/MEDLINE.

Os descritores foram selecionados a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH), combinados com operadores booleanos AND e OR, como por exemplo: “Enfermagem” AND “Alimentação saudável” AND “Criança” ; “Aleitamento materno” OR “Educação alimentar” AND “Cuidados de enfermagem”.

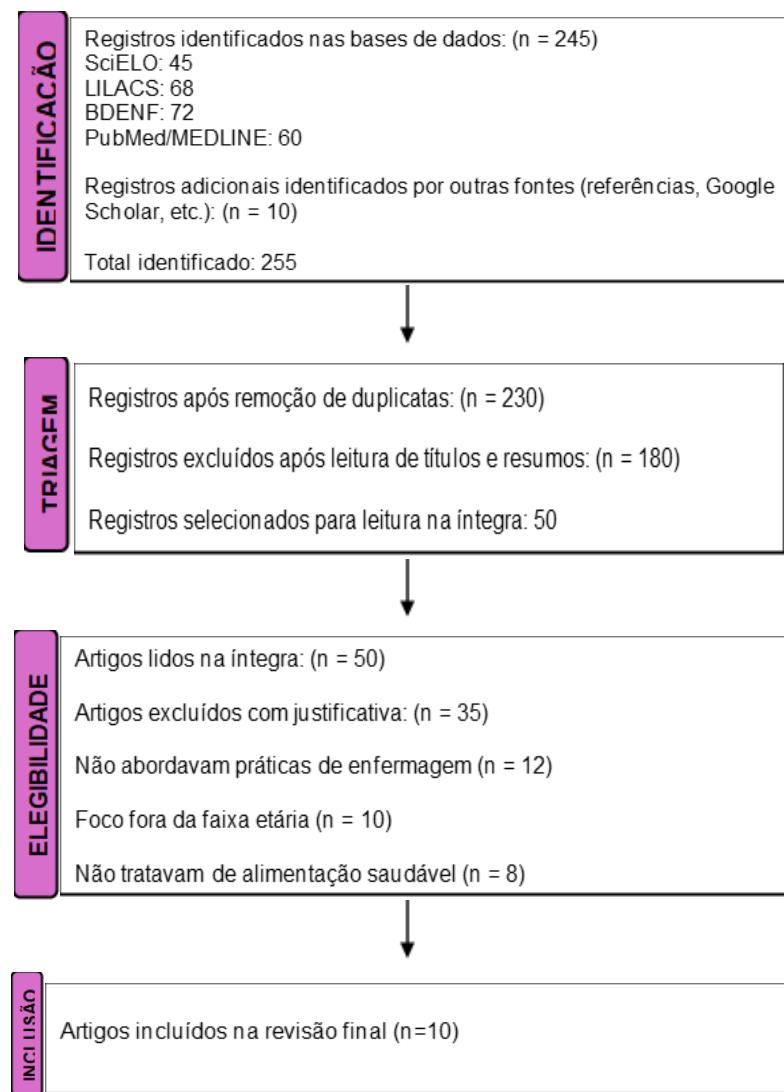
Foram adotados como critérios de inclusão: publicações disponíveis na íntegra, gratuitamente, em meio eletrônico; estudos publicados entre 2021 e 2025; trabalhos com abordem ações, práticas, estratégias ou intervenções de enfermagem voltadas à promoção da alimentação saudável em crianças de 0 a 2 anos; textos em português, inglês ou espanhol.

Foram atribuídos como critérios de exclusão: estudos duplicados entre bases; publicações que não envolvam profissionais de enfermagem; artigos de revisão não sistemática, editoriais, cartas ao editor ou resumos de eventos; trabalhos que não abordem diretamente a temática da alimentação saudável infantil.

A triagem foi realizada em três etapas. Na primeira etapa foi feita leitura de títulos e resumos para eliminar estudos que não atenderam aos critérios e leitura na íntegra dos artigos potencialmente relevantes.

Na segunda etapa foi realizada uma seleção final dos estudos que se enquadram completamente nos critérios e na terceira etapa foram extraídos os dados e organizados em tabela. O fluxograma abaixo demonstra a etapa de seleção dos artigos.

Imagen 1. Fluxograma de seleção dos artigos científicos do estudo de revisão Práticas da enfermagem na promoção da alimentação saudável em crianças até dois anos de idade, 2025.



4

Resultados e Discussão

A presente revisão integrativa teve como objetivo analisar as práticas de enfermagem voltadas à promoção da alimentação saudável em crianças até dois anos de idade, buscando identificar as estratégias utilizadas pelos profissionais, as dificuldades enfrentadas e os impactos das ações de cuidado e educação em saúde sobre o comportamento alimentar infantil.

Para a construção desta revisão integrativa, foram selecionados 10 estudos científicos que atenderam aos critérios de inclusão previamente definidos, contemplando publicações que abordaram as práticas da enfermagem na promoção da alimentação saudável em crianças até dois anos de idade. As pesquisas incluídas foram publicadas entre 2021 e 2025, em sua maioria em periódicos nacionais, que abordaram o tema em diferentes contextos da atenção à saúde da criança, sobretudo na Atenção Primária, com alguns relatos de revisão integrativa e experiências práticas em Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Os estudos apresentam diferentes delineamentos metodológicos, com predominância de pesquisas qualitativas e descritivas, voltadas à análise das ações educativas, das estratégias de aconselhamento alimentar e do papel do enfermeiro na atenção primária à saúde.

O Quadro 1, a seguir, sintetiza as principais características dos estudos incluídos: ano de publicação, autores, título, principais resultados; permitindo uma visão panorâmica das evidências disponíveis acerca da contribuição da enfermagem na promoção de hábitos alimentares saudáveis durante a primeira infância.

Quadro 1. Síntese dos estudos selecionados para estudo de revisão Práticas da enfermagem na promoção da alimentação saudável em crianças até dois anos de idade, 2025.

ANO	AUTORES	TÍTULO	RESULTADOS
2021	Moura <i>et al.</i>	Promoção da alimentação complementar saudável em menores de dois anos por enfermeiros: revisão integrativa.	Os enfermeiros buscaram construir e validar tecnologias educativas, como álbum seriado e folhetos, e buscam orientar e sensibilizar os pais e cuidadores quanto à importância de uma alimentação saudável para um crescimento e desenvolvimento adequado, em especial nas consultas de puericulturas e visitas domiciliares.
2025	DE OLIVEIRA <i>et al.</i>	O papel da Enfermagem na introdução alimentar infantil e suas implicações para Saúde da Criança.	O enfermeiro tem papel central na educação alimentar, especialmente em consultas de puericultura, orientando sobre texturas, horários e evitando alimentos ultraprocessados.
2022	Pedraza; Rosa.	Conhecimento de enfermeiros sobre alimentação infantil.	O conhecimento dos enfermeiros sobre a alimentação infantil apresentou deficiências, principalmente em questões relacionadas à introdução dos alimentos após o sexto mês de vida, às práticas alimentares no caso de doença e às recomendações para a suplementação com micronutrientes.

2022	Bezerra <i>et al.</i>	Assistência da enfermagem à desnutrição infantil na primeira infância: revisão integrativa.	Os principais pontos abordados por a enfermagem na sua assistência de qualidade são orientações dietética, suplementações e acompanhamento de marcos do desenvolvimento, que alterações nessas condições provocariam a suspeita de baixa ingestão alimentar.
2022	Dantas; Oliveira; Bezerra.	Desnutrição infantil e a relação com o aleitamento materno: contribuições da Enfermagem.	Promover estratégias para que a taxa de desmame precoce diminua, através de intervenções educativas, desde o pré-natal até o pós-parto, levando em conta, aspectos socioculturais e socioeconômicos.
2023	Coêlho <i>et al</i>	A importância da assistência de enfermagem no acompanhamento de puericultura: uma revisão integrativa	A prática da Enfermagem na puericultura é de fundamental importância para o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança como também no estabelecimento de vínculo com a sua família na realização da promoção e saúde.
2023	Santos <i>et al</i>	Assistência da enfermagem à criança com desnutrição de 0 a 5 anos no Brasil	O enfermeiro apresenta um papel importante no desenvolvimento familiar, promovendo educação em saúde, orientando a família desde o pré-natal, para prevenir doenças futuras e reduzir o número de mortes causadas pela desnutrição.

2022	Cardoso; Ferreira.	A importância da alimentação de crianças nos primeiros dois anos de vida	A influência dos pais nos hábitos alimentares das crianças é de total importância, visto que, uma alimentação saudável durante os primeiros anos de vida não só contribui para o desenvolvimento infantil, mas também evita a ocorrência de doenças com obesidade, e anemia durante a infância.
2022	Vieira <i>et al</i>	A responsabilidade da enfermagem frente aos cuidados e promoção do aleitamento materno.	O Enfermeiro tem o papel de orientar e acompanhar de forma adequada as puérperas e gestantes sobre a amamentação, conforme as necessidades singulares de cada situação.
2025	LLira <i>et al</i>	A enfermagem na promoção de hábitos alimentares saudáveis em crianças.	A enfermagem se consolida como uma aliada essencial na promoção da saúde e na construção de hábitos alimentares saudáveis desde a infância.

Fonte: a autora, 2025

7

Os estudos acima tratam da importância da enfermagem com a criança no seu estado de saúde em geral e com os hábitos alimentares adequados.

De maneira geral, os resultados convergem ao destacar que o enfermeiro é um profissional estratégico na promoção da alimentação saudável na primeira infância, atuando tanto em ações clínicas quanto educativas. Essa atuação ocorre especialmente durante as consultas de puericultura, visitas domiciliares e atividades coletivas de educação em saúde, momentos em que o profissional estabelece vínculo com a família, identifica práticas alimentares inadequadas e orienta sobre a introdução alimentar e o aleitamento materno.

O estudo de Moura et al. (2021) mostrou que enfermeiros vêm investindo na elaboração e validação de tecnologias educativas — como álbuns seriados, folhetos informativos e cartilhas ilustradas — voltadas à educação alimentar, com o intuito de facilitar o diálogo com pais e cuidadores. Tais estratégias foram avaliadas como eficazes na sensibilização das famílias quanto à importância da oferta de alimentos in natura, na redução do consumo de ultraprocessados e na prevenção da desnutrição e da obesidade infantil.

O desenvolvimento dessas tecnologias também reflete a crescente valorização da prática baseada em evidências na enfermagem, evidenciando que os profissionais estão incorporando metodologias sistematizadas para avaliar a eficácia das ferramentas utilizadas. Ao validar os materiais, os enfermeiros garantem que os conteúdos transmitidos sejam consistentes, cientificamente corretos e culturalmente adequados, promovendo intervenções mais seguras e efetivas. Este processo de

validação demonstra um compromisso ético e técnico com a promoção da saúde infantil, reforçando o papel da enfermagem como agente de mudança na prevenção de doenças e promoção de hábitos saudáveis.

É importante destacar que o uso de tecnologias educativas não substitui o acompanhamento individualizado, mas complementa o cuidado clínico, permitindo que o enfermeiro oriente e monitore o desenvolvimento infantil de forma mais estruturada. A combinação de recursos educativos, atenção personalizada e estratégias de aconselhamento familiar potencializa os resultados da intervenção, mostrando que a educação em saúde, quando planejada e fundamentada em evidências, é capaz de gerar impactos positivos duradouros nos hábitos alimentares e na qualidade de vida das crianças.

Complementarmente, De Oliveira. (2025) apontam que o enfermeiro assume papel central na educação alimentar infantil, atuando na orientação quanto às texturas, consistências e horários adequados das refeições, além de reforçar as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o aleitamento materno exclusivo até os seis meses e a introdução gradual dos alimentos complementares a partir desse período.

Os autores destacam que as orientações fornecidas durante as consultas de puericultura têm impacto direto sobre as práticas familiares, contribuindo para redução de práticas inadequadas, como a oferta precoce de líquidos, açúcar e alimentos industrializados.

No início da vida, o leite materno é o mais adequado e deve ser dado em exclusivo até os 6 meses de vida da criança. Este é perfeitamente adaptado à sua imaturidade digestiva e, devido às suas características, protege-a de doenças infecciosas e alérgicas, promove um melhor desenvolvimento intelectual e psicomotor e, sobretudo, promove a vinculação, facilitando a interação mãe-bebê (Aparício, 2016).

Sobre a aprendizagem associada ao sabor, verifica-se haver uma maior aceitação de alimentos desconhecidos quando estes são adocicados. Esta característica de melhor aceitação é inata e tem sido relacionada com as experiências pré-natais de sensibilização pelo contacto com o líquido amniótico, que é aromático e o seu odor influenciado pela dieta da mãe (Aparício, 2016).

As crianças tendem a rejeitar os alimentos que provam pela primeira vez, mas esta rejeição é facilmente ultrapassada através da repetição da oportunidade de os ingerirem. Um alimento novo ou que é rejeitado deve ser apresentado à criança de 8 a 10 vezes e de cada vez deve ser provado até ser apreciado (Viana; Santos; Guimarães, 2008).

O atraso na introdução alimentar pode impactar negativamente o desenvolvimento do bebê de várias maneiras, pois a introdução de alimentos sólidos desempenha um papel fundamental no atendimento às necessidades nutricionais da criança e no desenvolvimento cognitivo de habilidades práticas. Alguns dos possíveis impactos incluem: deficiências nutricionais, atraso no desenvolvimento de habilidades orais, menor diversidade alimentar, riscos de alergias, atraso no desenvolvimento cognitivo (Pereira et al., 2023).

Entretanto, nem todos os estudos evidenciaram pleno domínio técnico dos profissionais enfermeiros. Pedraza e Rosa (2022) identificaram deficiências no conhecimento dos enfermeiros acerca da alimentação infantil, especialmente nas recomendações sobre a introdução alimentar tardia, nas condutas diante de doenças agudas e na suplementação de ferro e vitamina A. Essa limitação compromete a uniformidade das orientações repassadas às famílias, evidenciando a necessidade de formação permanente e atualização profissional, a fim de assegurar uma prática baseada em evidências científicas e nas diretrizes do Ministério da Saúde.

A limitação identificada reforça a importância de políticas institucionais voltadas para a educação continuada e a atualização profissional. Cursos de capacitação específicos, oficinas práticas, supervisão clínica e programas de treinamento baseados em evidências podem contribuir para reduzir lacunas de conhecimento e promover maior segurança na orientação das

famílias. Estudos prévios indicam que a formação contínua e baseada em protocolos oficiais, como as diretrizes do Ministério da Saúde e recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), aumenta a qualidade da assistência prestada e fortalece a confiança das famílias no cuidado profissional.

Além disso, a deficiência de conhecimento técnico pode ser interpretada como reflexo de desafios estruturais e organizacionais dos serviços de saúde, incluindo a sobrecarga de trabalho, a escassez de materiais educativos e a ausência de rotinas sistematizadas de atualização. Esses fatores podem limitar o tempo e os recursos disponíveis para que o enfermeiro se aprofunde em temas específicos da nutrição infantil, o que evidencia a necessidade de uma abordagem integrada, envolvendo gestores, profissionais e instituições de ensino, para garantir que o cuidado prestado seja seguro, eficaz e baseado em evidências.

A literatura também sugere que a atuação do enfermeiro na educação alimentar infantil não deve se restringir à transmissão de informações técnicas, mas incorporar estratégias pedagógicas centradas na família, capazes de sensibilizar e engajar os cuidadores na adoção de práticas saudáveis. Nesse sentido, a formação profissional deve contemplar não apenas conhecimentos teóricos sobre nutrição, mas também competências em comunicação, aconselhamento e planejamento de intervenções educativas.

As contribuições da enfermagem no enfrentamento da desnutrição infantil também foram amplamente abordadas. Segundo Bezerra et al. (2022), o enfermeiro é responsável pelo monitoramento do peso, estatura e marcos do desenvolvimento infantil, além de oferecer orientações nutricionais personalizadas e acompanhar sinais precoces de déficit nutricional.

A monitorização contínua realizada pelo enfermeiro também permite interceptar sinais precoces de desnutrição ou problemas relacionados à alimentação, evitando complicações futuras e promovendo a saúde de forma preventiva. Essa prática é especialmente relevante nos primeiros dois anos de vida, período crítico para o estabelecimento de hábitos alimentares, prevenção de deficiências nutricionais e redução do risco de doenças crônicas na infância. Estudos anteriores destacam que o acompanhamento sistemático das medidas antropométricas, aliado ao aconselhamento nutricional, aumenta a eficácia das intervenções de saúde e fortalece a confiança da família na equipe de enfermagem.

Além disso, o papel do enfermeiro vai além da simples coleta de dados: ele envolve interpretação crítica das informações, planejamento de intervenções individualizadas e orientação contínua da família. Essa atuação integrada favorece a implementação de estratégias que promovam a alimentação saudável, o desenvolvimento motor adequado e a prevenção de agravos nutricionais, fortalecendo o vínculo entre profissional e cuidadores. Dessa forma, a enfermagem se posiciona como um agente ativo na promoção da saúde infantil, garantindo que o acompanhamento seja não apenas quantitativo, mas também qualitativo, centrado nas necessidades específicas de cada criança.

Por fim, o dado de Bezerra et al. (2022) reforça a importância de que os profissionais de enfermagem estejam capacitados e atualizados em nutrição infantil, bem como em métodos de avaliação do crescimento e desenvolvimento. Investimentos em formação continuada e protocolos baseados em evidências são fundamentais para que o enfermeiro desempenhe seu papel de maneira segura, eficiente e alinhada às diretrizes do Ministério da Saúde, garantindo, assim, intervenções que promovam a qualidade de vida e o bem-estar das crianças desde os primeiros anos de vida.

Já Dantas, Oliveira e Bezerra (2022) enfatizam que o combate à desnutrição deve começar ainda no pré-natal, por meio da promoção do aleitamento materno e da educação alimentar materna, levando em conta as condições socioculturais e socioeconômicas das famílias. Os autores apontam que estratégias educativas contínuas podem reduzir as taxas de desmame precoce, que ainda afetam cerca de 40% das crianças brasileiras antes dos seis meses, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2020).

Esse dado evidencia que, apesar dos avanços nas políticas públicas e na conscientização sobre a importância do aleitamento materno, persistem desafios significativos relacionados à manutenção do aleitamento exclusivo e à introdução adequada de alimentos complementares. Nesse contexto, a atuação do enfermeiro torna-se estratégica para orientar, motivar e apoiar a família, fortalecendo práticas alimentares saudáveis desde a gestação até os primeiros anos de vida da criança.

Além disso, a ênfase na educação alimentar materna permite que as mães adquiram conhecimentos e habilidades para oferecer uma alimentação diversificada e adequada, prevenindo déficits nutricionais e promovendo o crescimento e desenvolvimento saudável. As estratégias de educação em saúde, quando planejadas de forma contínua e personalizada, contribuem para a redução de desigualdades em saúde, pois consideram as barreiras sociais e econômicas que podem limitar o acesso a alimentos saudáveis e ao suporte profissional.

Dessa forma, os achados de Dantas, Oliveira e Bezerra (2022) reforçam que a enfermagem não atua apenas na criança, mas desempenha um papel proativo e preventivo junto à mãe e à família, garantindo que intervenções de promoção da saúde sejam iniciadas precocemente e sustentadas ao longo do desenvolvimento infantil. Essa perspectiva integral fortalece a importância da enfermagem como agente de mudança social, capaz de influenciar comportamentos de saúde e reduzir a prevalência de desnutrição e agravos relacionados à alimentação na primeira infância.

O estudo de Coêlho et al. (2023) reforça a importância da puericultura como espaço privilegiado para a atuação da enfermagem, destacando que o acompanhamento sistemático das crianças até dois anos permite identificar precocemente deficiências nutricionais e orientar as famílias sobre hábitos saudáveis. Além disso, os autores destacam o vínculo terapêutico e educativo construído entre enfermeiro e família como elemento-chave para o sucesso das ações de promoção da saúde.

Além da dimensão técnica, os autores destacam a importância do vínculo terapêutico e educativo estabelecido entre o profissional de enfermagem e a família. Esse vínculo é central para o sucesso das ações de promoção da saúde, pois fortalece a confiança, aumenta a adesão às orientações e estimula a participação ativa dos cuidadores no cuidado infantil. A relação de confiança entre família e enfermeiro permite que as orientações sobre alimentação saudável, horários, texturas e suplementação nutricional sejam compreendidas e incorporadas de forma mais consistente no cotidiano da criança.

Outro aspecto relevante destacado por Coêlho et al. (2023) é que a puericultura proporciona um espaço de educação contínua, onde o enfermeiro pode reforçar conceitos de nutrição, desenvolvimento infantil e prevenção de doenças, adaptando as orientações às condições socioculturais e econômicas da família. Essa abordagem individualizada reconhece que cada criança possui necessidades específicas e que o contexto familiar influencia diretamente os hábitos alimentares, promovendo intervenções mais eficazes e sustentáveis.

O estudo também evidencia que o acompanhamento regular na puericultura vai além do monitoramento físico, incluindo educação em saúde e fortalecimento do autocuidado familiar, consolidando a enfermagem como agente ativo na construção de hábitos saudáveis desde a primeira infância. A atuação estratégica do enfermeiro nesse contexto contribui para a redução de desigualdades em saúde, uma vez que famílias em situações vulneráveis recebem orientação adequada e suporte contínuo, aumentando as chances de resultados positivos para a saúde infantil.

Portanto, os achados de Coêlho et al. (2023) confirmam que a puericultura é uma ferramenta essencial para a promoção da alimentação saudável, prevenção de agravos nutricionais e desenvolvimento integral da criança, ao mesmo tempo em que fortalece o vínculo com a família e consolida a atuação da enfermagem como promotora de saúde e agente de transformação social.

Na mesma linha, Santos et al. (2023) ressaltam que a enfermagem tem papel decisivo na prevenção da mortalidade infantil por causas nutricionais, por meio da orientação contínua às gestantes e puérperas e da integração das ações educativas

à rotina das unidades de saúde. O estudo mostra que o enfermeiro atua como elo entre a família e a equipe multiprofissional, auxiliando na mudança de comportamentos alimentares inadequados e fortalecendo a responsabilidade parental no cuidado nutricional.

Além disso, Santos et al. (2023) destacam que o enfermeiro funciona como elo de comunicação e integração entre a família e a equipe multiprofissional, promovendo uma abordagem colaborativa que fortalece a atenção integral à criança. Esse papel é essencial para orientar mudanças de comportamentos alimentares inadequados, estimular a adesão às recomendações nutricionais e empoderar os cuidadores em relação às decisões sobre alimentação infantil. A atuação do enfermeiro nesse contexto vai além da simples transmissão de informações, envolvendo mediação, acompanhamento e suporte contínuo, elementos que aumentam a eficácia das intervenções educativas.

Outro aspecto relevante é o fortalecimento da responsabilidade parental no cuidado nutricional. Por meio de orientações individualizadas e acompanhamento próximo, o enfermeiro contribui para que os pais e cuidadores compreendam a importância de práticas alimentares saudáveis, do aleitamento materno exclusivo e da introdução adequada de alimentos complementares. Esse enfoque promove não apenas a prevenção da desnutrição e de doenças relacionadas à alimentação, mas também a formação de hábitos duradouros que impactam a saúde da criança a longo prazo.

Dessa forma, o estudo evidencia que a enfermagem atua como agente central na construção de estratégias preventivas contra agravos nutricionais, consolidando sua importância na promoção da saúde infantil. A articulação entre educação em saúde, acompanhamento familiar e integração multiprofissional contribui para a redução da mortalidade infantil e para o fortalecimento de práticas alimentares adequadas desde os primeiros anos de vida.

A influência familiar também foi destacada por Cardoso e Ferreira (2022), que evidenciaram que os hábitos alimentares dos pais são determinantes para a formação do comportamento alimentar das crianças, o que reforça a importância do aconselhamento familiar durante as ações de enfermagem. Os autores afirmam que uma alimentação equilibrada nos primeiros dois anos previne agravos como anemia ferropriva e obesidade infantil, que, segundo o Ministério da Saúde (2023), acometem cerca de 14% das crianças menores de cinco anos no Brasil.

Os hábitos alimentares adquiridos nos primeiros anos de vida tendem a se consolidar e impactar a saúde ao longo da vida, tornando essencial que as intervenções educativas considerem o contexto familiar e as práticas cotidianas de alimentação. Nesse sentido, o enfermeiro atua como mediador entre o conhecimento científico e a realidade familiar, promovendo estratégias que incentivem escolhas alimentares saudáveis, reduzam o consumo de ultraprocessados e fortaleçam a educação nutricional desde a gestação até os dois anos de idade da criança.

Além disso, os autores destacam que uma alimentação equilibrada nesse período crítico previne agravos nutricionais e metabólicos, como anemia ferropriva e obesidade infantil. Dados do Ministério da Saúde (2023) apontam que cerca de 14% das crianças menores de cinco anos no Brasil são acometidas por essas condições, evidenciando que ainda existem desafios significativos na promoção da saúde infantil. Esse cenário reforça a necessidade de intervenções sistemáticas e contínuas da enfermagem, que atuem tanto na prevenção de deficiências nutricionais quanto na construção de hábitos alimentares saudáveis, com impacto direto na qualidade de vida e no desenvolvimento integral da criança.

Em relação ao aleitamento materno, Vieira et al. (2022) enfatizam que o enfermeiro é agente fundamental de apoio, orientação e estímulo à amamentação, oferecendo suporte técnico e emocional às mães durante o pré-natal, parto e puerpério. Os autores ressaltam que o acompanhamento individualizado e o acolhimento das dificuldades maternas contribuem para elevar as taxas de amamentação exclusiva, que ainda permanecem aquém da meta recomendada pela OMS (50% até 2025).

O acompanhamento personalizado realizado pelo enfermeiro possibilita identificar precocemente fatores que dificultam a manutenção do aleitamento materno, como dor, pega incorreta, insegurança materna, retorno precoce ao trabalho e falta de apoio familiar.

O acolhimento dessas questões com escuta ativa e empatia, associado à oferta de informações baseadas em evidências,

fortalece a confiança materna e aumenta as chances de adesão à amamentação exclusiva até os seis meses, conforme recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde.

Diversos estudos corroboram essa perspectiva, demonstrando que o suporte qualificado da enfermagem é um dos principais determinantes para a elevação das taxas de amamentação exclusiva e prolongada em diferentes contextos socioeconômicos.

Além do suporte individual, Vieira et al. (2022) destacam a importância de o enfermeiro atuar como multiplicador de conhecimento, promovendo ações educativas em grupos de gestantes, rodas de conversa e campanhas de incentivo ao aleitamento nas unidades de saúde.

Essas atividades fortalecem a rede de apoio entre mães, contribuem para a troca de experiências e ajudam a desmistificar crenças e práticas inadequadas relacionadas à amamentação. Tais estratégias ampliam o impacto das ações de enfermagem, transformando o espaço de cuidado em um ambiente de aprendizado e fortalecimento da autonomia feminina.

Outro ponto importante abordado é que o apoio à amamentação vai além do aspecto biológico, pois envolve também dimensões emocionais e sociais. A presença ativa e empática do enfermeiro contribui para reduzir sentimentos de ansiedade e insegurança, favorecendo o vínculo afetivo entre mãe e bebê e melhorando a qualidade de vida de ambos. Essa abordagem integral, que une técnica e acolhimento, reafirma a essência humanizada da enfermagem, fundamentada na escuta, no cuidado e na valorização da experiência materna.

Por fim, Lira et al. (2025) reforçam que a enfermagem é uma aliada essencial na consolidação de hábitos alimentares saudáveis, destacando o caráter contínuo e educativo da prática profissional, que ultrapassa o ato clínico e se estende ao campo da promoção da saúde e da prevenção de agravos.

O caráter educativo e contínuo da prática profissional amplia o alcance das ações de enfermagem, permitindo que o cuidado se estenda à esfera da promoção da saúde, prevenção de agravos e transformação de comportamentos alimentares. Essa perspectiva amplia o papel tradicional do enfermeiro, que passa de executor de procedimentos técnicos a agente de mudança social e formador de consciência em saúde, atuando de forma proativa e preventiva junto às famílias.

A atuação educativa da enfermagem, conforme apontam os autores, é um processo dinâmico que se baseia na escuta ativa, no diálogo e na construção compartilhada do conhecimento, aspectos fundamentais para promover a adesão das famílias às orientações alimentares.

Essa abordagem favorece a autonomia dos cuidadores na tomada de decisões relacionadas à nutrição infantil e à adoção de práticas saudáveis no cotidiano. Além disso, ao incorporar práticas educativas de forma contínua — e não apenas pontual —, o enfermeiro garante a sustentabilidade das mudanças comportamentais, promovendo resultados positivos de longo prazo na saúde e no desenvolvimento da criança.

Em síntese, os resultados dos 10 estudos analisados demonstram que as práticas de enfermagem na promoção da alimentação saudável são abrangentes, educativas e humanizadas, exercendo impacto direto na redução de deficiências nutricionais, no estímulo ao aleitamento materno e na formação de hábitos alimentares saudáveis. Contudo, os achados

também revelam desafios estruturais e formativos, como a necessidade de capacitação continuada, maior articulação entre os serviços de saúde e a comunidade e produção de materiais educativos acessíveis e culturalmente sensíveis.

O enfermeiro contribui para a promoção da qualidade de vida da criança. Cabe ao profissional da saúde identificar problemas alimentares e nutricionais da criança, a fim de estabelecer estratégias de cuidados que possibilitem a diminuição de morbidades e mortalidades relacionadas ao estado nutricional, contribuindo com crescimento e desenvolvimento adequados para a faixa etária e formação de hábitos alimentares saudáveis (Moura et al., 2015).

Devido ao aumento da obesidade na infância e suas complicações, justifica-se divulgar a importância do enfermeiro na prevenção e orientação desta patologia, uma vez que esse profissional tem também o papel de educador perante a sociedade, promovendo educação e conscientização, alertando aos pais sobre os agravos que a obesidade pode ocasionar (Lugão et al., 2010).

Os cuidados de enfermagem ocorrem em múltiplos cenários, no entanto é ao nível dos cuidados de saúde primários que a promoção de saúde assume maior relevo (Loureiro et al., 2012).

O enfermeiro é um importante aliado para a promoção da alimentação complementar saudável nos primeiros dois anos de vida, uma vez que faz parte de sua rotina o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, o qual requer análise dos dados antropométricos da criança e orientações nutricionais. Durante a consulta de puericultura, o enfermeiro pode identificar a situação de cada criança e adotar estratégias preventivas ou intervencionistas, além de fortalecer o diálogo e o aconselhamento com o responsável pela alimentação do menor (MOURA et al., 2021).

No Brasil, o Ministério da Saúde desenvolveu o guia alimentar para crianças menores de dois anos, denominado de “Dez passos para uma alimentação saudável”. Este é um recurso a ser utilizado pelo enfermeiro no acompanhamento e atendimento às crianças. Entretanto, nota-se que na prática, há uma pequena parcela de profissionais de saúde que desconhecem o guia, e, inesperadamente os que conhecem nem sempre o utilizam durante a assistência (MOURA et al., 2021).

Conclusão

A presente revisão integrativa permitiu identificar que a enfermagem exerce papel essencial e multifacetado na promoção da alimentação saudável em crianças até dois anos de idade, atuando de forma direta no acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, na orientação alimentar e na prevenção de agravos nutricionais. As evidências analisadas nos dez estudos demonstram que o enfermeiro é um profissional estratégico na consolidação de práticas alimentares saudáveis, uma vez que sua atuação integra o cuidado clínico, educativo e social, fortalecendo o vínculo entre os serviços de saúde, a criança e sua família.

Constatou-se que as ações educativas em saúde, realizadas principalmente durante as consultas de puericultura e visitas domiciliares, são ferramentas eficazes para modificar comportamentos alimentares inadequados e estimular hábitos saudáveis desde os primeiros meses de vida.

Estratégias como o uso de materiais educativos ilustrados, rodas de conversa e oficinas com pais e cuidadores mostraram-se efetivas na sensibilização das famílias sobre a importância da alimentação equilibrada, da amamentação exclusiva até os seis meses e da introdução gradual de alimentos saudáveis após esse período. Essas práticas refletem o compromisso da enfermagem com a promoção da saúde e o fortalecimento da autonomia das famílias no cuidado infantil.

Os resultados também evidenciaram desafios significativos para a prática da enfermagem nesse campo. Entre eles, destacam-se a deficiência de conhecimento técnico-científico de alguns profissionais sobre alimentação infantil, a escassez de

capacitações específicas e as dificuldades estruturais dos serviços de saúde, como falta de tempo e recursos materiais para o desenvolvimento de atividades educativas.

Além disso, as influências culturais, socioeconômicas e midiáticas que afetam as práticas alimentares familiares exigem do enfermeiro uma abordagem sensível, ética e adaptada às realidades locais. Esses desafios reforçam a necessidade de formação continuada e de apoio institucional para fortalecer o papel da enfermagem na atenção nutricional à criança.

Outro aspecto relevante identificado foi o impacto positivo das intervenções de enfermagem no aleitamento materno e na prevenção da desnutrição e da obesidade infantil. A presença do enfermeiro no pré-natal, no pós-parto e nas consultas de acompanhamento é determinante para o êxito do aleitamento e para a orientação sobre a introdução alimentar adequada. A literatura revisada demonstra que o apoio profissional qualificado contribui para o aumento das taxas de amamentação exclusiva, melhora os indicadores nutricionais e fortalece o vínculo entre mãe e bebê. Assim, a enfermagem se consolida como agente de transformação social, capaz de promover mudanças sustentáveis no comportamento alimentar das famílias.

Por fim, conclui-se que o fortalecimento das práticas de enfermagem voltadas à alimentação saudável na primeira infância requer investimentos em educação permanente, políticas públicas de incentivo e integração multiprofissional.

É necessário ampliar o número de estudos que abordem intervenções práticas e resultados mensuráveis, de modo a subsidiar o planejamento de ações baseadas em evidências. A enfermagem, por sua natureza humanística e educativa, está em posição privilegiada para liderar iniciativas que contribuam para o desenvolvimento saudável, a prevenção de agravos nutricionais e a construção de uma cultura alimentar positiva desde os primeiros anos de vida.

Dessa forma, reafirma-se que a promoção da alimentação saudável em crianças até dois anos é não apenas uma atribuição técnica da enfermagem, mas um compromisso ético com a saúde e o futuro da sociedade.

Referências

- Aparício, G. (2016). Ajudar a desenvolver hábitos alimentares saudáveis na infância. *Millenium – Journal of Education, Technologies, and Health*, 38, 283–298. <https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8263>
- Bezerra, J., et al. (2022). Assistência da enfermagem à desnutrição infantil na primeira infância: Revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 11(16), e497111638510.
- Cardoso, E. R., & Ferreira, J. C. de S. (2022). A importância da alimentação de crianças nos primeiros dois anos de vida. *Research, Society and Development*, 11(7), e24611729822.
- Moura, J. W. da S., et al. (2021). Promoção da alimentação complementar saudável em menores de dois anos por enfermeiros: Revisão integrativa. *Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção da Saúde*, 1–8.
- Coêlho, A. F. F. de M., et al. (2023). A importância da assistência de enfermagem no acompanhamento de puericultura: Uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Development*, 9(5), 14493–14507.
- Cipriano, P. N. de O., et al. (2025). O papel da enfermagem na introdução alimentar infantil e suas implicações para a saúde da criança. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 11(5), 2189–2198.
- Dantas, B. de S., Oliveira, W. L., & Bezerra, M. L. R. (2022). Desnutrição infantil e a relação com o aleitamento materno: Contribuições da enfermagem. *Research, Society and Development*, 11(8), e53711831514.
- Santos, B. B. dos, et al. (2023). Assistência da enfermagem à criança com desnutrição de 0 a 5 anos no Brasil. *Brazilian Journal of Health Review*, 6(3), 12826–12835.
- Lira, M. M. S., et al. (2025). A enfermagem na promoção de hábitos alimentares saudáveis em crianças. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 11(4), 1188–1197.

Loureiro, F. M., et al. (2012). Observação participada da consulta de enfermagem de saúde infantil. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 46(6), 1294–1299. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000600002>

Lugão, M. A. S., et al. (2010). A importância da atuação do enfermeiro na prevenção da obesidade infantil. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online*, 2(3), 976–988.

Moura, et al. (2015). Facilidades e dificuldades dos enfermeiros no cuidar da alimentação infantil na atenção básica. *O Mundo da Saúde*.

Pedraza, D. F., & Rosa, P. G. R. (2022). Conhecimento de enfermeiros sobre alimentação infantil. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 35, 11.

Pereira, D. L. N., et al. (2023). *O impacto da introdução alimentar tardia: Um estudo de caso* (Trabalho de Conclusão de Curso). ETEC de Heliópolis.

Santos, L. P. dos, et al. (2024). Estratégias na assistência de enfermagem na promoção de uma alimentação saudável na infância. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(10), 104–114. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i10.15808>

Viana, V., Santos, P. L., & Guimarães, M. J. (2008). Comportamentos e hábitos alimentares em crianças e jovens: Uma revisão de literatura. *Psicologia, Saúde e Doença*, 9(2), 209–231.

Vieira, J. de M. F., et al. (2022). A responsabilidade da enfermagem frente aos cuidados e promoção do aleitamento materno. *RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar*, 3(2), e321153.

Fonte: a autora, 2025

17

3. Resultados e Discussão

Quadro 1 – Caracterização dos artigos selecionados para revisão

Título	Autor/Ano	Objetivo	Principais Resultados	Base de Dados/ Periódico
Masculinidades de sobreviventes de câncer de próstata: uma metassíntese qualitativa	Araújo, J.S.; Zago, M.M.F. (2019)	Identificar a produção de conhecimento sobre as masculinidades no contexto dos sobreviventes do câncer de próstata e suas implicações nos cuidados de saúde.	O adoecimento impõe mudanças nas relações masculinas e afeta a identidade de gênero, refletindo na vulnerabilidade e na dificuldade de adesão ao cuidado.	Rev. Bras. Enfermagem (LILACS, MEDLINE, CINAHL)
O estigma masculino relacionado ao exame preventivo do câncer de próstata	Oliveira, A.M.D. et al. (2021)	Identificar estigmas masculinos associados ao exame preventivo do câncer de próstata.	O estigma relacionado ao toque retal reflete barreiras culturais e resistência masculina, dificultando o diagnóstico precoce.	Editora Epitaya – Educação, Sociedade e Meio Ambiente
Saúde do homem na atenção básica com foco no câncer de próstata	Monteiro, T.S.C.; Santos, N.A.; Bento, A.P. (2020)	Analizar condutas da equipe de enfermagem na atenção básica frente ao câncer de	O controle da morbimortalidade depende de medidas preventivas e de promoção da saúde;	Faculdade Falog, Novo Gama – GO

		próstata.	a enfermagem tem papel essencial nesse processo.	
Prevenção ao câncer de próstata, masculinidade e cuidado: articulações possíveis a partir de revisão bibliográfica	Almeida, É.S.; Dos-Santos, E.M.; Souzas, R. (2020)	Analizar produções qualitativas sobre a relação entre masculinidade, cuidado e prevenção do câncer de próstata.	As representações de masculinidade influenciam o cuidado e dificultam o rastreamento; há carência de abordagens críticas sobre gênero e saúde.	Revista de APS
Ethnic differences in patients' preferences for prostate cancer investigation	Martins, T.; Ukomunne, O.C.; Banks, J.; Raine, R.; Hamilton, W. (2015)	Investigar se pacientes negros no Reino Unido optariam por exames de câncer de próstata na mesma proporção que brancos.	Homens negros têm menor probabilidade de aceitar exames preventivos, possivelmente contribuindo para diagnósticos tardios.	British Journal of General Practice
Detección precoz del cáncer de próstata: actuación del equipo de salud de la familia	Biondo, C.S.; Santos, J.; Ribeiro, B.S. et al. (2020)	Compreender o desempenho das equipes de saúde familiar na detecção precoce do câncer de próstata.	Profissionais destacam dificuldades de adesão masculina; recomendam capacitação e ações educativas.	Revista Enfermería Actual, Costa Rica
Detecção precoce do câncer de próstata: atuação da equipe de saúde da família	Santos, G.L. et al. (2025)	Identificar ações de prevenção do câncer de próstata na atenção primária.	A APS é fundamental, mas enfrenta barreiras culturais e estruturais; a enfermagem é protagonista na promoção e prevenção.	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)
Câncer de próstata: conhecimentos e interferências na promoção e prevenção da doença	Oliveira, P.S.D. et al. (2019)	Descrever a percepção dos homens sobre o câncer de próstata e fatores de prevenção.	Evidenciou-se desconhecimento e preconceito sobre o exame de toque; sugere-se ampliação da oferta de exames e educação em saúde.	Revista Enfermería Global
Detecção precoce do câncer de próstata:	Barreto Neta, A.P. et al. (2020)	Analizar a importância do diagnóstico precoce do	Barreiras culturais e falta de capacitação dificultam a	Revista Enfermería Actual – versão brasileira

Talking About Your Prostate: Perspectives from Providers and Community Members	Choi, Seul Ki; Seel, Jessica S.; Steck, Susan E.; Payne, Johnny; McCormick, Douglas; Schrock, Courtney S.; Friedman, Daniela B. (2018)	Compreender o diálogo entre profissionais de saúde e homens afro-americanos sobre prevenção e rastreamento do câncer de próstata.	Identificou divergência na comunicação entre profissionais e pacientes; sessões educativas aumentaram o conhecimento e melhoraram o diálogo sobre saúde prostática.	Journal of Cancer Education (HHS Public Access / PubMed Central)
Masculinidade e prevenção ao câncer de próstata: desafios para a saúde do homem	Silva, M.A.; Farias, R.N. (2022)	Discutir como a masculinidade interfere na prevenção do câncer de próstata.	A visão hegemônica da masculinidade leva à negligência e resistência aos cuidados preventivos.	SciELO / Revista de Saúde Coletiva
Conhecimento dos homens sobre a prevenção do câncer de próstata na Estratégia Saúde da Família	Lyra, J.A.; Nascimento, M.F.S.; Silva, G.S. et al. (2020)	Descrever e analisar o conhecimento dos homens sobre o câncer de próstata e sua prevenção.	Os homens demonstram conhecimento parcial sobre a prevenção, porém ainda há resistência e medo em realizar os exames preventivos; o enfermeiro tem papel essencial na conscientização.	Research, Society and Development

Câncer de próstata: investigação, prevenção, tratamentos e cuidados da enfermagem	Dias, L.C.B.; Santos, D.G. (2024)	Apresentar as principais abordagens para diagnóstico, prevenção, tratamento e cuidados de enfermagem relacionados ao câncer de próstata.	Destaca-se o papel da enfermagem na promoção da saúde e no acompanhamento humanizado; enfatiza-se a importância da prevenção e da individualização terapêutica.	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)
Atuação do enfermeiro no atendimento a homens com câncer de próstata	Oliveira, A.B.; Figueiredo, F.J.R.; Felicio, F.C. et al. (2024)	Identificar a atuação do enfermeiro no acompanhamento e tratamento de homens com câncer de próstata.	O enfermeiro atua em três eixos: cuidado centrado no paciente, educação em saúde e suporte emocional; sua intervenção melhora a qualidade de vida e adesão ao tratamento.	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)
Atuação do enfermeiro da atenção básica na prevenção do câncer de próstata: um novo olhar sobre a saúde do homem	Nogueira, R.G.L.; Azevedo Filho, D.L. (2022)	Analizar o papel do enfermeiro na atenção básica frente ao câncer de próstata e suas estratégias de prevenção.	O enfermeiro é protagonista na educação em saúde e na promoção de ações preventivas; destaca-se a importância da abordagem integral e da quebra de estigmas.	Anais do SI CONEPE
Câncer de próstata com ênfase na saúde preventiva do homem	Silva, J.F.G.; Silva, K.S.; Barbosa, D.F.R. et al. (2020)	Descrever o câncer de próstata com ênfase na saúde preventiva do homem e estratégias de rastreamento.	A prevenção é dificultada por fatores culturais e estruturais; destaca-se a importância das campanhas educativas e do fortalecimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH).	Brazilian Journal of Development
A saúde do homem: prevenção e percepções sobre o câncer de próstata	Silva, G.J.; Muniz, S.P.; Silva, C.S.M. (2020)	Compreender as estratégias e percepções sobre a saúde do homem voltadas à prevenção do câncer de próstata.	A pesquisa mostrou que ações educativas podem transformar o cuidado preventivo, reduzindo preconceitos e fortalecendo a	Revista Multidisciplinar Pey Këyo

			autonomia masculina na saúde.	
--	--	--	----------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora. (2025)

A análise dos dezesseis estudos selecionados evidencia uma ampla convergência de resultados quanto às barreiras culturais, emocionais e informacionais que dificultam a adesão dos homens às ações de prevenção e rastreamento do câncer de próstata. Observou-se que, de maneira geral, o conhecimento sobre a doença ainda é insuficiente, fragmentado e permeado por tabus e crenças que refletem a construção social da masculinidade.

Os estudos de Oliveira et al. (2021) e Silva e Farias (2022) apontam que o estigma masculino relacionado ao exame de toque retal é um dos fatores mais significativos na recusa à realização dos exames preventivos. Esse estigma está diretamente associado à ideia de que a masculinidade deve ser sinônimo de força, invulnerabilidade e autossuficiência. Como consequência, muitos homens evitam buscar o serviço de saúde, o que resulta em diagnósticos tardios e maior morbimortalidade. Segundo os autores, o exame é visto como uma ameaça simbólica à virilidade, o que impede a aproximação com os serviços de saúde e compromete a eficácia das campanhas preventivas.

Em consonância, Almeida, Dos-Santos e Souzas (2020) discutem que a socialização masculina tradicional constrói um ideal de “homem que não adoece”, levando-os a negligenciar sintomas e evitar o cuidado preventivo. Essa resistência tem caráter social e psicológico, e não apenas informacional. Assim, a literatura demonstra que as práticas de saúde masculina são fortemente condicionadas por valores culturais e por um modelo de masculinidade hegemônica que reforça a distância entre homens e cuidados preventivos.

No estudo de Monteiro, Santos e Bento (2020), observou-se que, mesmo diante de campanhas educativas e disponibilidade dos serviços, a adesão masculina às ações de prevenção do câncer de próstata continua baixa. A pesquisa mostra que muitos homens não compreendem a importância do diagnóstico precoce e acreditam que o exame é necessário apenas na presença de sintomas, o que revela um déficit de conhecimento sobre a natureza assintomática da doença em estágios iniciais. Os autores destacam que a atuação da enfermagem na atenção básica é essencial para aproximar o homem dos serviços e promover ações contínuas de educação em saúde.

O trabalho de Araújo e Zago (2019) aprofunda essa discussão ao explorar como o câncer de próstata impacta a identidade masculina. Os autores descrevem que o adoecimento gera sentimentos de fragilidade e perda de autonomia, especialmente em relação à sexualidade. Homens que vivenciam o tratamento relatam medo da impotência e vergonha de falar sobre o tema, o que amplia o isolamento social e emocional. Para a enfermagem, isso implica a necessidade de uma abordagem integral, que reconheça as dimensões físicas, psicológicas e sociais do cuidado.

Corroborando esse entendimento, Oliveira et al. (2019) reforçam que o desconhecimento sobre a doença e os preconceitos associados à realização dos exames refletem um conjunto de fatores estruturais e subjetivos. Segundo os autores, as campanhas de saúde pública são muitas vezes pontuais e insuficientes para romper o silêncio masculino sobre o tema. A enfermagem, nesse contexto, assume papel de destaque por estar na linha de frente do atendimento, com potencial de promover escuta, acolhimento e educação contínua.

Estudos como o de Lyra et al. (2020) reforçam essa ideia ao evidenciar que os homens possuem conhecimento limitado sobre os fatores de risco e as medidas de prevenção. A pesquisa, desenvolvida no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF), demonstra que, embora os entrevistados reconheçam o câncer de próstata como uma enfermidade grave, poucos compreendem a necessidade de acompanhamento periódico. O estudo destaca que o enfermeiro é frequentemente o

profissional que estabelece o primeiro vínculo com o usuário, sendo fundamental no processo de conscientização e na tradução de informações técnicas em linguagem acessível.

Esses achados dialogam diretamente com Nogueira e Azevedo Filho (2022), que salientam o protagonismo do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde (APS). Para os autores, a enfermagem tem o dever de ultrapassar as ações pontuais de campanha e instituir práticas educativas permanentes que abordem o autocuidado masculino de forma humanizada. A atuação do enfermeiro, quando pautada na escuta e no acolhimento, é capaz de reduzir resistências e aproximar o homem da rotina de acompanhamento preventivo.

Conforme Biondo et al. (2020) e Santos et al. (2025) identificam que, mesmo quando há disponibilidade de serviços, há falhas na capacitação dos profissionais e na abordagem comunicacional. Muitos enfermeiros e agentes comunitários de saúde relatam insegurança ao tratar do tema com o público masculino, temendo constrangimentos ou reações negativas. Essa lacuna profissional reflete-se na qualidade das ações educativas e limita o alcance das estratégias de prevenção.

Nesse sentido, a literatura evidencia que a formação do enfermeiro deve incluir não apenas aspectos técnicos do rastreamento do câncer de próstata, mas também habilidades comunicacionais e compreensão de gênero. A educação permanente em saúde é apontada por Barreto Neta et al. (2020) como uma estratégia eficaz para qualificar a equipe e aprimorar o diálogo com a população masculina

A análise dos artigos demonstra que o conhecimento dos homens sobre o câncer de próstata está diretamente relacionado à qualidade da comunicação entre profissionais de saúde e usuários. Em diversos estudos, a equipe de enfermagem é citada como principal elo de informação e acolhimento, o que reforça a relevância do seu papel nas ações de prevenção. No entanto, os resultados apontam que, em muitos contextos, essa atuação ainda é limitada por fatores institucionais, culturais e pela falta de capacitação contínua.

O estudo de Oliveira et al. (2024) mostra que o enfermeiro assume funções estratégicas no cuidado ao homem com câncer de próstata, abrangendo a escuta, a orientação e o suporte emocional. As autoras descrevem que o acompanhamento constante durante o tratamento reduz a ansiedade e melhora a adesão terapêutica. Essa presença da enfermagem contribui não apenas para o manejo clínico, mas também para a reconstrução da autoestima e da identidade masculina, frequentemente abalada pela doença.

De forma semelhante, Dias e Santos (2024) destacam a importância do cuidado integral, defendendo que o enfermeiro deve atuar desde a fase de rastreamento até a reabilitação. O estudo enfatiza que o cuidado humanizado e a comunicação empática são fundamentais para diminuir o sofrimento físico e emocional. Na discussão, os autores sublinham que o acolhimento humanizado amplia o vínculo e a confiança, o que favorece a adesão ao acompanhamento periódico e aos exames de rotina.

Os estudos de Silva et al. (2020) e Silva, Muniz e Silva (2020) reforçam essa perspectiva ao demonstrar que a educação em saúde exerce papel central na transformação do comportamento masculino. Ambos os trabalhos destacam que ações educativas regulares e contínuas conseguem modificar percepções equivocadas, como a crença de que o exame de toque é desnecessário ou vergonhoso. Quando a informação é transmitida de forma clara, respeitosa e culturalmente sensível, os homens passam a compreender que o cuidado com a saúde não compromete sua masculinidade, mas expressa responsabilidade consigo e com sua família.

Contudo, Almeida, Dos-Santos e Souzas (2020) apontam que ainda há uma grande lacuna na comunicação institucional sobre saúde do homem, principalmente nas campanhas públicas, que frequentemente reforçam estereótipos e não

dialogam com a realidade sociocultural masculina. Essas campanhas, segundo os autores, deveriam ser mais participativas e menos pontuais, priorizando a aproximação comunitária e a escuta dos próprios homens.

A literatura também evidencia que o ambiente e o horário de funcionamento das unidades básicas de saúde dificultam o acesso da população masculina. O estudo de Silva et al. (2020) revela que muitos trabalhadores não conseguem comparecer às consultas por incompatibilidade de horários. Esse fator, somado ao desconforto em frequentar espaços predominantemente femininos, gera afastamento e reduz as oportunidades de prevenção. Para Nogueira e Azevedo Filho (2022), é necessário repensar o modelo de atenção, ampliando o horário de funcionamento e criando ambientes de acolhimento voltados à saúde masculina, nos quais o enfermeiro tenha autonomia para realizar campanhas e atendimentos direcionados.

Outro ponto recorrente nas publicações é a falta de preparo técnico e comunicacional da equipe multiprofissional para abordar o tema com naturalidade e sensibilidade. Biondo et al. (2020) e Barreto Neta et al. (2020) relatam que muitos profissionais sentem constrangimento ou dificuldade em conduzir conversas sobre saúde reprodutiva, sexualidade e toque retal. Essa limitação compromete a qualidade do vínculo com o paciente e, consequentemente, a eficácia das ações educativas. Por isso, os autores defendem a necessidade de educação permanente em saúde e de capacitação dos profissionais, especialmente dos enfermeiros, que ocupam posição de referência no território da atenção básica.

Com as barreiras culturais e profissionais, os resultados também apontam desigualdades sociais e raciais como fatores determinantes na prevenção do câncer de próstata. O estudo de Martins et al. (2015) identificou diferenças significativas entre grupos étnicos, demonstrando que homens negros apresentam menor adesão ao rastreamento, mesmo pertencendo ao grupo de maior risco biológico. Essa disparidade reflete desigualdades estruturais no acesso aos serviços de saúde e na confiança institucional. A literatura reforça que as práticas de enfermagem devem considerar tais diferenças e desenvolver estratégias específicas para populações vulneráveis.

A perspectiva apresentada por Araújo e Zago (2019) complementa esse entendimento ao discutir as implicações psicossociais do câncer de próstata sobre a identidade masculina. Os autores observam que, após o diagnóstico, muitos homens enfrentam sentimentos de vergonha, medo e impotência, o que evidencia a necessidade de um acompanhamento contínuo, não apenas médico, mas emocional e social. A enfermagem, nesse contexto, surge como mediadora do cuidado integral, com capacidade de promover acolhimento e suporte emocional durante todas as fases do tratamento.

O conjunto dos estudos indica que o papel da enfermagem transcende o campo técnico e envolve um compromisso ético e educativo com a promoção da saúde. Santos et al. (2025) e Monteiro et al. (2020) reforçam que a equipe de enfermagem é a principal responsável por desenvolver estratégias de educação e comunicação que incentivem a prática do autocuidado e o rastreamento precoce. Essa atuação precisa ser contínua e articulada às políticas públicas, de modo a consolidar o enfermeiro como agente transformador da realidade da saúde masculina.

De modo geral, os resultados dos dezesseis artigos analisados convergem ao apontar que o conhecimento dos homens quanto à prevenção do câncer de próstata ainda é insuficiente, fragmentado e permeado por crenças e estigmas sociais que reforçam a ideia de invulnerabilidade masculina. A literatura evidencia que essa lacuna de conhecimento não está restrita ao campo informacional, mas está profundamente enraizada nas dimensões culturais e simbólicas da masculinidade.

Os estudos de Oliveira et al. (2021), Silva e Farias (2022) e Almeida, Dos-Santos e Souzas (2020) enfatizam que o preconceito em relação ao exame de toque retal continua sendo uma das principais barreiras à prevenção, traduzindo-se em resistência, medo e vergonha. Essa resistência não se dá apenas pela falta de informação, mas por uma construção social que associa o ato de cuidar-se a uma suposta fragilidade. Os autores sugerem que as ações educativas voltadas aos homens devem desconstruir tais paradigmas, utilizando abordagens mais participativas, dialógicas e culturalmente adequadas.

A enfermagem, por sua vez, aparece como eixo central em praticamente todos os estudos, assumindo papel determinante tanto na prevenção quanto no acompanhamento pós-diagnóstico. Os trabalhos de Santos et al. (2025), Nogueira e Azevedo Filho (2022) e Monteiro et al. (2020) reforçam que o enfermeiro tem autonomia técnica e ética para desenvolver estratégias educativas, promover a busca ativa e acompanhar os homens nas diversas fases do cuidado. Além disso, o enfermeiro se destaca como profissional capaz de estabelecer vínculo e confiança, fatores essenciais para vencer a resistência masculina diante dos exames preventivos.

No que se refere às práticas educativas, Lyra et al. (2020), Silva, Muniz e Silva (2020) e Dias e Santos (2024) demonstram que o conhecimento sobre o câncer de próstata aumenta significativamente quando as ações são realizadas de forma contínua e participativa, com uso de linguagem acessível e adequação ao contexto sociocultural da população atendida. A educação em saúde, portanto, é apontada como instrumento transformador e deve ser estruturada como uma prática permanente dentro da atenção básica, e não apenas como atividades sazonais, concentradas no mês de novembro.

A literatura também chama atenção para o papel da atenção básica e da Estratégia Saúde da Família (ESF) como o principal cenário de promoção da saúde do homem. Conforme observado em Biondo et al. (2020) e Barreto Neta et al. (2020), as equipes da ESF estão mais próximas do território e, por isso, podem desenvolver ações direcionadas e contextualizadas. Entretanto, as limitações estruturais, como número reduzido de profissionais, sobrecarga de trabalho e ausência de capacitação continuada, ainda comprometem a efetividade dessas ações. Os autores destacam que a educação permanente em saúde é essencial para que o enfermeiro se sinta preparado para dialogar sobre temas sensíveis, como sexualidade e exame prostático, de forma ética e respeitosa.

No campo da equidade racial e social, o estudo de Martins et al. (2015) é categórico ao demonstrar que homens negros, apesar de apresentarem maior risco para o desenvolvimento de câncer de próstata agressivo, são os que menos procuram os serviços de saúde para rastreamento. Essa constatação amplia o debate sobre a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e de estratégias que reconheçam a diversidade racial e cultural na formulação das práticas de saúde. A enfermagem tem papel decisivo nesse processo, uma vez que atua na linha de frente e pode implementar abordagens específicas voltadas a grupos historicamente vulnerabilizados.

Outro aspecto recorrente nos resultados é a necessidade de humanização do cuidado. Os artigos de Araújo e Zago (2019) e Oliveira et al. (2024) mostram que o diagnóstico de câncer de próstata afeta diretamente a autoestima e a percepção de masculinidade, gerando sentimentos de impotência e medo. Nesse contexto, o cuidado de enfermagem deve ultrapassar a dimensão técnica e acolher as demandas emocionais, psicológicas e sociais do homem adoecido. O enfermeiro torna-se, assim, um mediador do processo de reconstrução subjetiva, oferecendo apoio, escuta e acompanhamento integral.

Já Silva et al. (2020) e Nogueira e Azevedo Filho (2022) reforçam a importância da reorganização dos serviços e da criação de ambientes acolhedores e acessíveis para o público masculino. A ampliação de horários de funcionamento, a presença de profissionais do sexo masculino e a criação de espaços de fala e escuta são estratégias que podem contribuir para aumentar a adesão dos homens às consultas e aos exames preventivos.

Com base na síntese dos estudos, pode-se afirmar que o desafio principal da prevenção do câncer de próstata no Brasil não está apenas em garantir o acesso ao exame, mas em promover uma mudança cultural que associe o cuidado à saúde à responsabilidade e não à fragilidade. A enfermagem é o elemento-chave dessa transformação, uma vez que reúne competências técnicas, comunicacionais e éticas para conduzir práticas educativas transformadoras e sustentáveis.

Dessa forma, os resultados aqui apresentados e discutidos permitem compreender que o conhecimento dos homens sobre o câncer de próstata ainda é limitado, mas pode ser ampliado por meio de ações contínuas de educação em saúde,

acolhimento humanizado e reorganização dos serviços, com protagonismo do enfermeiro na condução dessas práticas. O conjunto das evidências reforça que o avanço na prevenção depende não apenas da informação, mas da construção de novas relações de confiança entre o homem e o sistema de saúde.

4. Conclusão

A presente pesquisa permitiu compreender, com base na revisão integrativa dos dezesseis artigos selecionados, que o conhecimento dos homens quanto à prevenção do câncer de próstata ainda se apresenta limitado, fragmentado e fortemente influenciado por fatores socioculturais que moldam a masculinidade. As evidências mostraram que a percepção masculina sobre o autocuidado é atravessada por estigmas, preconceitos e crenças históricas que associam o cuidado com a saúde à perda de virilidade, à vulnerabilidade e à fraqueza.

Os resultados demonstraram que, apesar das políticas públicas voltadas à saúde do homem e da ampliação do acesso aos serviços de atenção básica, persiste um distanciamento significativo entre o público masculino e as práticas preventivas. Essa lacuna está relacionada tanto à falta de conhecimento sobre o câncer de próstata e suas formas de rastreamento quanto à ausência de estratégias educativas contínuas, capazes de promover o empoderamento masculino em relação ao cuidado com o próprio corpo.

Os estudos analisados evidenciam que a enfermagem desempenha papel central nesse processo, atuando como elo entre o serviço de saúde e a comunidade. O enfermeiro, por meio da educação em saúde, da escuta ativa e do acolhimento humanizado, tem capacidade de construir vínculos de confiança e de transformar a percepção dos homens em relação à prevenção. Quando o cuidado é ofertado de maneira ética, empática e culturalmente sensível, observa-se maior adesão aos exames de rotina e uma mudança progressiva nas atitudes relacionadas à saúde.

Constatou-se ainda que a educação em saúde deve ser contínua, planejada e articulada com as reais necessidades da população masculina. Ações pontuais, como as campanhas do Novembro Azul, embora relevantes, não são suficientes para romper barreiras históricas. É imprescindível que as unidades básicas de saúde incorporem, em sua rotina, estratégias permanentes de informação, sensibilização e acompanhamento do público masculino.

Outro aspecto relevante identificado foi a necessidade de qualificação profissional das equipes de saúde, sobretudo no que se refere à abordagem de temas sensíveis como sexualidade e toque retal. A formação do enfermeiro precisa incluir competências comunicacionais e socioculturais que o preparem para lidar com tabus e resistências, conduzindo o cuidado de forma acolhedora e educativa.

A revisão também apontou desigualdades raciais e sociais como fatores determinantes que interferem no conhecimento e na adesão dos homens às ações preventivas. Dessa forma, torna-se fundamental que as práticas da enfermagem e as políticas públicas considerem a equidade como princípio norteador, garantindo que grupos vulneráveis recebam atenção específica e estratégias adaptadas às suas realidades.

Diante do exposto, conclui-se que o desafio da prevenção do câncer de próstata vai além da oferta de exames diagnósticos. Ele envolve a construção de uma nova cultura de cuidado, na qual o homem reconheça a importância da prevenção como parte de sua responsabilidade pessoal e familiar. A enfermagem, nesse contexto, figura como agente de transformação social e promotora de autonomia, contribuindo de maneira decisiva para a redução da morbimortalidade e para a melhoria da qualidade de vida dos homens.

Portanto, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise sobre a eficácia das estratégias educativas voltadas à saúde do homem, avaliando o impacto de ações contínuas e comunitárias na mudança de comportamento e na

ampliação do conhecimento sobre o câncer de próstata. Fortalecer a atuação da enfermagem nesse campo é investir em uma prática de cuidado integral, ética e emancipadora, capaz de transformar a relação dos homens com a própria saúde e com os serviços de atenção primária.

Referências

- Almeida, P. R., Dos-Santos, A. C., & Souza, R. (2020). Prevenção ao câncer de próstata, masculinidade e cuidado. *Revista de Saúde Coletiva*.
- Araújo, M. A., & Zago, M. M. F. (2019). Masculinidades de sobreviventes de câncer de próstata: uma metassíntese qualitativa. *Revista Brasileira de Enfermagem*.
- Banerjee, S., et al. (2019). Assinaturas do microbioma no câncer de próstata. *Carcinogênese*, 40(6), 749-764.
- Barber, L., et al. (2018). Histórico familiar de câncer de mama ou de próstata e risco de câncer de próstata. *Clinical Cancer Research*, 24(23), 5910-5917.
- Barreto Neta, C. A., et al. (2020). Detecção precoce do câncer de próstata: atuação da equipe de saúde da família. *Revista Brasileira de Saúde Pública*.
- Belinelo, R. G. S., et al. (2014). Exames de rastreamento para o câncer de próstata: vivência de homens. *Escola Anna Nery*, 18(4), 697-704. <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140099>
- Biondo, L. A., et al. (2020). Detección precoz del cáncer de próstata: actuación del equipo de salud de la familia. *Revista Latinoamericana de Enfermagem*.
- Bonfim, S. B. A. (2017). Situação da mortalidade por câncer de pênis no estado do Maranhão (TCC). Universidade Federal do Maranhão.
- Brasil. (1987). Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-94406-8-junho-1987-444430-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Brasil, Ministério da Saúde. (2019). *Carteira de serviços da atenção primária (CaSAPS). Versão Profissional de Saúde e Gestores – Completa*. 80 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carteira_servicos_atencao_primaria_saude_profissionais_saude_gestores_completa.pdf
- Brasil, Ministério da Saúde. (2016). Resolução nº 510/2016 – Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2017). *Política Nacional de Atenção Básica*. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro.
- Carvalho, M. S., et al. (2023). Desafios para prevenção do câncer de próstata em mulheres transgêneras. *Research, Society and Development*, 12(6), e6012642077. <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i6.42077>
- Costa, A. M., et al. (2021). Mortalidade masculina no Brasil: problema de saúde ou sociocultural? In *Farmácia e suas interfaces com vários saberes* (pp. 134-140). Atena Editora.
- Dias, F. S., & Santos, J. C. (2024). Câncer de próstata: investigação, prevenção, tratamentos e cuidados da enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*.
- Dyniewicz, A. M., & Maria, A. (2014). *Metodologia da Pesquisa em Saúde para Iniciantes*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora.
- Faria, L. S. P., et al. (2020). Perfil epidemiológico do câncer de próstata no Brasil: um retrato de década. *Revista Uningá*, 4, 76-84.
- Fernandes, B. B., et al. (2022). O diagnóstico precoce do câncer de próstata: uma revisão de literatura. *Revista Eletrônica Acervo Médico*, 9, 1-7.
- Figueiredo, et al. (2014). Percepção dos homens em relação à prevenção do câncer de próstata. *Humanidades*, 3(2), 60-69.
- Furine, A. A. C., et al. (2016). Nível sérico de antígeno prostático específico em usuários de um laboratório clínico de Novo Horizonte, São Paulo. *Revista Brasileira de Análises Clínicas*.
- Garcia, L. H. C., Cardoso, N. O., & Bernardi, C. M. C. N. (2019). Autocuidado e adoecimento dos homens: uma revisão integrativa nacional. *Revista Psicologia e Saúde*, 11(3), 19-33.
- Gaziano, J. M., et al. (2009). Vitaminas E e C na prevenção do câncer de próstata e câncer total em homens: Physicians' Health Study II. *JAMA*, 301(1), 52-62.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4^a ed.). São Paulo: Atlas.
- Giovanella, L., et al. (2009). Saúde da família: limites e possibilidades para uma abordagem integral de atenção primária à saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(3), 783-794.
- Guyton, A. C., & Hall, J. E. (2017). *Tratado de Fisiologia Médica* (13^a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Hein, D. T., & Toldra, R. C. (2021). Perspectivas de terapia ocupacional na atenção aos usuários com doenças do aparelho circulatório. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29, e2033.
- Hurst, R., et al. (2022). Microbiomas da urina e da próstata estão ligados a grupos de risco de câncer de próstata humano. *European Urology Oncology*.
- IBGE. (2023, novembro 29). Em 2022, expectativa de vida era de 75,5 anos. *Agência IBGE Notícias*.
- Klein, E. A., et al. (2011). Vitamina E e o risco de câncer de próstata: SELECT Trial. *JAMA*, 306(14), 1549-1556.
- Lyra, F. M., et al. (2020). Conhecimento dos homens sobre a prevenção do câncer de próstata na Estratégia Saúde da Família. *Revista de Enfermagem do Nordeste*.

- Lyra, J. A. de, et al. (2020). Men's knowledge about prostate cancer prevention in the Family Health Strategy. *Research, Society and Development*, 9(8), e07985346.
- Martins, A., et al. (2015). Ethnic differences in patients' preferences for prostate cancer investigation. *BMC Public Health*.
- Mendonça, E. M., Dorneles, C. B., & Silva, R. M. (2023). Estresse e estratégias de enfrentamento de homens em tratamento para o câncer de próstata. *Revista REVOLUA*, 2(1), 218-223.
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*.
- Monteiro, G. A., Santos, R. P., & Bento, L. J. (2020). Saúde do homem na atenção básica com foco no câncer de próstata. *Revista Saúde e Sociedade*.
- Mucci, L. A., Wilson, K. M., & Giovannucci, E. L. (2017). Epidemiologia do câncer de próstata. In M. Loda et al. (Eds.), *Patologia e epidemiologia do câncer* (pp. 107-125). Springer.
- National Cancer Institute. (2024). *Cancer Stat Facts: Câncer de próstata*. Disponível em: <https://seer.cancer.gov/statfacts/html/prost.html>
- Nogueira, R. D., & Azevedo Filho, J. M. (2022). Atuação do enfermeiro da atenção básica na prevenção do câncer de próstata. *Revista de Enfermagem Atual In Derme*.
- Oliveira, L. R., et al. (2021). O estigma masculino relacionado ao exame preventivo do câncer de próstata. *Revista Brasileira de Enfermagem*.
- Oliveira, R. M., et al. (2019). Câncer de próstata: conhecimentos e interferências na promoção e prevenção da doença. *Revista de Enfermagem Integrada*.
- Oliveira, S. L., et al. (2024). Atuação do enfermeiro no atendimento a homens com câncer de próstata. *Revista Brasileira de Enfermagem Oncológica*.
- Pereira, A. S., et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. Santa Maria: Ed. UAB/NTE/UFSM.
- Pernar, C. H., Ebot, E. M., Wilson, K. M., & Mucci, L. A. (2018). A epidemiologia do câncer de próstata. *Cold Spring Harbor Perspectives in Medicine*, 8(12).
- Rawla, P. (2019). Epidemiologia do câncer de próstata. *World Journal of Oncology*, 10(2), 63-89.
- Santos, J. P., et al. (2025). Detecção precoce do câncer de próstata: atuação da equipe de saúde da família. *Revista de Enfermagem e Saúde Coletiva*.
- Shah, R. B., & Zhou, M. (2019). Variantes Histológicas de Adenocarcinoma Acinar, Adenocarcinoma Ductal, Tumores Neuroendócrinos e Outros Carcinomas. In *Interpretação de Biópsia de Próstata: um Guia Ilustrado* (2ª ed., pp. 100-150). Suíça: Springer Nature.
- Siegel, R. L., Miller, K. D., Wagle, N. S., & Jemal, A. (2023). Estatísticas de câncer, 2023. *CA Cancer Journal for Clinicians*, 73(1), 17-48.
- Silva, A. F., & Farias, J. R. (2022). Masculinidade e prevenção ao câncer de próstata: desafios para a saúde do homem. *Revista Saúde em Foco*.
- Silva, C. N., et al. (2022). Homens idosos com câncer de próstata: significados atribuídos à doença e à sexualidade. *Research, Society and Development*, 11(16).
- Silva, F. A., et al. (2020). Câncer de próstata com ênfase na saúde preventiva do homem. *Revista Enfermagem Contemporânea*.
- Silva, G. F., Muniz, R. M., & Silva, E. P. (2020). A saúde do homem: prevenção e percepções sobre o câncer de próstata. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*.
- Soares, R. G. (2019). Violência e masculinidade: estratégias para sensibilização e prevenção da violência na população masculina. (Dissertação de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva). Universidade de Brasília.
- Sung, H., et al. (2021). Estatísticas globais do câncer 2020: estimativas do GLOBOCAN. *CA Cancer Journal for Clinicians*, 71(3), 209-249.
- Tavares, A. F., et al. (2024). Análise da distribuição espacial da taxa de mortalidade de câncer de próstata no Brasil. *JNT Facit Business and Technology Journal*, 1, 275-283.
- Tracy, C. R., et al. (2024). Urology. Prostate Cancer. Disponível em: <https://emedicine.medscape.com/article/1967731-overview>
- Wheeler, K. M., & Liss, M. A. (2021). O microbioma e o risco de câncer de próstata. *Current Urology Reports*, 20(10), 66.
- World Cancer Research Fund. (2018). *Prostate Cancer Statistics*. Disponível em: <https://www.wcrf.org/dietandcancer/cancer-trends/prostate-cancer-statistics>